

NOTAS SOBRE CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA SUBJETIVIDADE,
ESPECIALMENTE NA LINGUAGEM ¹

SÍRIO POSSENTI
(UNICAMP)

“A arte de “dar um golpe” é o senso da ocasião” (de Certeau)

Não há certamente nada de novo no que vou dizer hoje. Este fato, por um lado, não tem nada de propriamente espantoso. Por outro, se a afirmação fosse absolutamente verdadeira, isso deporia de alguma forma contra a própria tese que vou defender. No entanto, espero que se possa considerar, em relação ao que vou dizer, e com alguma objetividade, que pelo menos a estratégia de que vou me servir para repetir o que tenho dito não é exatamente a que tenho usado. Nesse caso, a tese que adoto estará a salvo, pelo menos de argumentos contra o orador.

1. Gostaria de começar mencionando uma experiência de leitor mais ou menos militante pela qual passei recentemente e que merece ser anotada por estar estreitamente relacionada à questão de que aqui se vai falar, embora em outro campo. Trata-se da experiência de ler, no **Caderno MAIS**, do jornal Folha de S. Paulo, de 20.10.93, um texto do então prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, um intelectual de esquerda bem sucedido no exercício do poder. Ao avaliar entre outras coisas algumas das razões pelas quais alguns intelectuais de esquerda a abandonaram (e sugerir que o PT deve sempre reanalisar suas ações políticas para descobrir se os perde por problemas dele, partido, ou deles, intelectuais), apresentava um quadro que pode ser considerado até certo ponto hilariante, em circunstâncias muito determinadas, circunstâncias de qualquer forma superadas. Segundo ele, os neoliberais (por todos os títulos, herdeiros da tradição iluminista, que, entre outras coisas, crêem em um sujeito individual fazendo a história, já que postulam a diminuição de qualquer intervenção do Estado no controle do “privado”) estão atraindo da esquerda todos os que perderam qualquer dimensão utópica em relação ao papel do sujeito. Assim, está cabendo à

¹ Este texto resulta de uma versão abreviada, que foi apresentada no Seminário Oswald Ducrot, em outubro de 1996. Alguns traços daquela apresentação foram mantidos nesta versão.

esquerda (um tanto paradoxalmente, porque seria a herdeira das “estruturas”) mostrar, tanto teórica quanto praticamente, que tal intervenção do sujeito é possível - e empiricamente demonstrável - e que efetivamente há diferença entre exercer o poder segundo uma ou outra perspectiva, entre fazer política de uma ou de outra forma - especialmente, que há espaço, ou que ele pode ser construído, para fazer política de forma não automaticamente alinhada ao que seria o único paradigma mundial. O fundamento de uma ou outra forma de fazer política se expressa, nas atuais circunstâncias, para uns, em considerar a globalização, primeiro, um fato evidente e, segundo, uma fato incontornável - por isso, não haveria o que fazer senão assujeitar-se a ela, com a perda, inclusive pelos Estados, de condições alternativas de exercício do poder, agora (agora?) nas mãos das grandes corporações “transnacionais”; para outros, significa propor para o Estado, e, de novo, tanto teórica quanto praticamente, papéis ativos, embora, certamente, não à moda nem com a dimensão do poder dos Estados concebidos como os únicos sujeitos econômicos. Mas, para tornar viável esta segunda alternativa, seria necessário inclusive recuperar os sujeitos; recuperar tanto a crença nos sujeitos (teoricamente) quanto formas de viabilizar uma subjetividade alternativa (praticamente).

Uma das formas propostas por Genro é

“buscar outros potenciais progressistas que emergem de determinados setores sociais. Refiro-me àqueles dominados pela “solidariedade individualista” (Göran Theborn), a saber, cujo chamamento à militância combina a ação dos indivíduos solitários (que se constituem por meio de novas formas de produção isolada) com o potencial subjetivo que eles podem acrescentar, coletivamente, na defesa de determinados direitos”. “À medida que a história provou nada estar assegurado no futuro, *a não ser aquilo que os próprios homens farão dele*, temos é que constituir valores universais capazes de afirmar um novo projeto...”

A experiência de leitor que vai aqui sumariamente referida torna-se ainda mais notável se for lembrado que, na semana anterior, o mesmo veículo dedicara a maior parte de seu espaço a uma entrevista com o presidente da República, considerado um típico migrante da esquerda tornado adepto das teses neoliberais. Aliás, o texto de Genro é antes de mais nada uma espécie de resposta àquela entrevista.

Explicitando a experiência de leitor: ela me interessa pelo fato de que se trata de dar-se conta - no plano teórico - de uma aparente inversão de lugares: os liberais, supostos defensores da liberdade do sujeito individual, uno e de razão, da livre iniciativa, renderam-se à estrutura: existiria um mundo globalizado, e desta organização impessoal promanam todas as determinações econômicas que obrigariam a política a ser uma e apenas uma (na verdade, nesta concepção, a política é subsumida pela economia - o que se pode ver até nos jornais), o resto sendo discurso saudosista de “dinossauros”. Do outro lado está a esquerda, suposta defensora da determinação estrutural, propondo - insisto, teórica e praticamente, - que a estrutura postulada pelos neoliberais não existe, que a globalização é um blefe, uma hipostasia ideológica, e que portanto existem espaços de atuação para sujeitos políticos (sejam eles Estados ou indivíduos).

Não se deveria concluir que tal postulação signifique que essa esquerda desconheça - ideologicamente - as condições reais impostas aos sujeitos no mundo real.

Dever-se-ia concluir, isso sim, que se trata exatamente de *condições*², o que significa que a situação atual não impõe aos sujeitos uma verdadeira estrutura globalizada. A existência de blocos em disputa por mercados, de sucessivos movimentos políticos (mais ou menos “acontecimentais”), comerciais e, especialmente, financeiros testemunha que a história continua. Há numerosos operadores no mercado *tomando decisões* - decisões condicionadas, certamente, mas que estão longe de ser apenas automáticas e mesmo unidimensionais, podendo ser, entre outras coisas, e conforme o caso, decisões punitivas, estimuladoras, orientadoras, além, obviamente, de serem ou poderem ser armadilhas para capturar os incautos... Há, portanto, numerosos sujeitos manobrando, astuciosamente, constituindo-se em usuários do sistema, e ganhando à custa dele. Alguns desses operadores ocupam mesmo lugares estratégicos na estrutura dos governos. No Brasil, podem-se ler denúncias, formuladas também por intelectuais da própria direita (p. ex., Delfim Neto contra Gustavo Franco), em seus papéis de efetivos sujeitos, na medida em que estão quotidianamente escolhendo alternativas e implementando-as com atos de poder.

Salvo grosseiro engano, creio que não seria descabido dar continuidade àquelas reflexões de Genro lembrando o Marx de **O 18 Brumário**, especialmente por sua “pequena frase”, como a chamou Althusser: “*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado*”.

Esta afirmação de Marx tem, entre outras, a utilidade de permitir estabelecer dois limites para reflexões sobre o sujeito (em outras palavras, sobre as condições de possibilidade empíricas da subjetividade): não podem ser desconsideradas, e de forma crucial, a *historicidade* e a *atividade* do sujeito. Ficariam assim excluídas, ou, pelo menos, em segundo plano, outras supostas características dos sujeitos ou outros lugares de onde se originariam características dos sujeitos: por exemplo, sua autonomia, sua liberdade de ação, por um lado, mas também seu mero papel de suporte, que decorreria da existência de uma estrutura não mais sujeita à historicidade - por exemplo, pelo fato de um mundo uniformizado ser a única estrutura existente, o que poderia remeter à tese do fim da história de Fukuyama.

2. A tese que gostaria de defender nesta apresentação é relativamente banal: não é a mesma coisa defender algum espaço para a ação (em certa medida, inclusive, consciente) do sujeito antes do estruturalismo (ou à sua margem) e depois dele (ou no interior de qualquer uma de suas heranças), e ainda mais, depois de o estruturalismo ter sido afetado pelo marxismo e pela psicanálise - ou, alternativamente, depois que ambos esses campos, (ou um deles) o tenham afetado.

Esta tese se opõe, de alguma forma, a uma leitura que Pêcheux, e, na sua esteira, todo um grande e importante grupo fez de Saussure, em especial, de sua dicotomia *língua-fala*. Voltando à minha tese, e explicitando-a: antes do estruturalismo, alguém

² Talvez seja o momento de enunciar um truismo absolutamente literal: as condições *condicionam* isto é, não *determinam*.

poderia eventualmente postular tanto uma história quanto uma epistemologia (conseqüentemente, uma metafísica) na qual o papel do sujeito individual fosse concebido como preponderante, fundante, se não exclusivo. Depois do estruturalismo, tomado amplamente, em suas múltiplas manifestações (ver Deleuze (1973), esta posição fica inviabilizada. Isso porque o

atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir do qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los” foi “recusado por mais de um século de pesquisas sociológicas, econômicas, antropológicas ou psicanalíticas (de Certeau, 1990).

Digo que esta tese se opõe, de alguma forma, a uma leitura que Pêcheux fez de Saussure, porque é de Pêcheux a leitura de Saussure segundo a qual

mesmo que explicitamente ele não o tenha desejado, é um fato que esta oposição [língua-fala] autoriza a reparação triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso do impensável, o correlato necessário do sistema (Pêcheux, 1969:71).

Queria opor-me a esta leitura com base em dois argumentos. O primeiro é que o par língua-fala é solidário, não sendo razoável, assim, ver a fala como se ela mesma não sofresse nenhuma das constrictões da língua; portanto, a fala não pode ser, sem qualificações, o espaço da volta triunfal do sujeito *livre*. O segundo é uma afirmação de Foucault, que preciso situar. Numa entrevista que deu a Bernard Henri-Lévy, e que, no Brasil, foi publicada em **Microfísica do Poder**, sob o título “Não ao sexo rei”, (Foucault, 1979) lê-se uma passagem que é, a um só tempo, curiosa e instrutiva. Transcrevo-a, e em seguida destaco a curiosidade e a relevância. A passagem aparece em um contexto que pode ser assim resumido: Foucault está expondo sua idéia segundo a qual, no domínio da sexualidade, o conceito de repressão não é a melhor chave explicativa. “...o objetivo procurado ... não era proibir. O fim era constituir”. Dessa hipótese, ele conclui que não há uma solução para a sexualidade que seja a liberação, pois, para ele, o discurso da liberação seria também um formidável instrumento de controle e de poder. A passagem da entrevista que interessa diretamente é a seguinte:

B. H.-L. - Daí, suponho, o mal-entendido de alguns comentadores: “Segundo Foucault, repressão e liberação do sexo dão no mesmo...”. Ou ainda: “O M. L. A. C. e o Laissez-les vivre no fundo têm o mesmo discurso...”.

M. F. - Sim! A este respeito é preciso clarificar as coisas. Efetivamente, me fizeram dizer que entre a linguagem da censura, entre o discurso dos guardiães do pudor e o da liberação do sexo não há verdadeira diferença. Dizem que eu colocava todos no mesmo saco, para afogá-los como uma ninhada de gatos. Radicalmente errado: não foi isto que eu quis dizer. Além disso, o importante é que de forma alguma eu disse tal coisa.

B. H.-L. - Você admite de qualquer forma que existem elementos, enunciados comuns...

M. F. - Mas uma coisa é o enunciado e outra o discurso. Existem elementos táticos comuns e estratégias opostas (p. 233).

O que há de curioso neste texto é a afirmação de Foucault de que ele não *quis* dizer o que lhe atribuíram, o que alguns poderiam dizer que equivale de alguma maneira à defesa da intenção do autor como um critério válido de interpretação ou de atribuição de sentido (bem entendido, isso seria curioso *em* Foucault). É bem verdade que, em seguida, ele acrescenta que o importante é que ele de forma alguma *disse* tal coisa.

A passagem que considero relevante é o início da última resposta: “*uma coisa é o enunciado e outra o discurso*”. Quero invocar o argumento de Foucault e parafraseá-lo no domínio em que estou me situando: uma coisa é defender um espaço de *atividade* e eventualmente de *escolha* do sujeito no quadro das “estruturas” nas quais se constitui; outra coisa é defender a livre atividade do sujeito, decidida a seu talante, ou, ainda, concebê-lo como o instituidor racional e livre das próprias estruturas. O enunciado pode ser o mesmo (*os homens fazem, os homens escolhem*, etc), mas o discurso é outro. Queria dizer mais, e generalizar: a volta de um enunciado dificilmente pode ser a volta de um discurso.

No caso do sujeito, a tese parece ainda mais forte, porque a questão fundamental do estruturalismo em relação ao sujeito não é seu apagamento, sua eliminação, segundo se vê em alguma vulgata, mas algo completamente diferente, e que pode ser resumida na seguinte intervenção de Lacan, após uma exposição de Foucault sobre a questão do autor. A apresentação desta fala, como feita por Eribon, é suficientemente melhor que qualquer uma que eu faria³, e por isso a incorporo:

Depois, em resposta à intervenção de Lucien Goldman, que se inquietava com a “negação do homem em geral, e a partir daí, do sujeito e também do autor”, Lacan continua: “Desejaria lembrar que, com ou sem estruturalismo, não se trata absolutamente, no campo vagamente determinado por este rótulo, da negação do sujeito. Trata-se da dependência do sujeito, o que é extremamente diferente...” (Eribon, 1994:150).

Talvez ainda melhor seja a formulação de Deleuze (até mesmo para Lacan):

O estruturalismo não é um pensamento que suprime o sujeito, mas um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz passar de um lugar a outro, sujeito sempre nômade, fato de individuações, mas impessoais, ou de singularidades, mas pré-individuais (1973:300).

Que se possa ter pensado que o estruturalismo postulasse a negação do sujeito é um fato que se deve a certas afirmações que foram lidas (justificadamente, a meu ver) naquela direção, e tornaram um lugar comum associar o estruturalismo à morte do sujeito - pelo menos, à morte de um certo sujeito. Se o estruturalismo aparece associado de alguma forma ao marxismo e/ou à psicanálise, o fim de um certo sujeito pode ser tornado equivalente à morte efetiva de todo o sujeito, idéia que pode derivar da

³ Mas, uso Eribon também por causa de um fato curioso. A edição de “O que é um autor?” (Foucault 1969) pela Editora Passagens, de Portugal, como era de se esperar, inclui a apresentação inicial e o debate que se seguiu; mas, inexplicavelmente, a intervenção de Lacan foi excluída.

interpretação de passagens como a seguinte, que, de alguma maneira, resume o núcleo da posição teórica da Análise do Discurso na sua primeira época:

Um processo de produção discursivo é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes” (Pêcheux, 1983:311).

Essa posição teórica tinha como corolário uma hipótese metodológica que consistia em supor a possibilidade de a Análise do Discurso poder

Reunir um conjunto de traços discursivos empíricos (“corpus de seqüências discursivas”) fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva (por exemplo, um mito, uma ideologia, uma episteme) (Pêcheux, 1983:311).

Ora, são essa hipótese teórica e seu corolário metodológico que podem ser postos em questão: tanto a tese do assujeitamento (total) do sujeito, de seu papel de mero suporte, quanto a hipótese da máquina discursiva uniforme, estável.

3. Há várias alternativas teóricas para não aceitar a idéia de um sujeito como mero suporte, ou melhor, para não aceitar que seja inevitável que o sujeito seja mero suporte: uma é pôr em questão as estruturas, a própria existência de estruturas. Outra é propor a multiplicação das estruturas, isto é, postular a existência de muitas estruturas, que, além de serem múltiplas, mantêm entre si relações não uniformes. Por exemplo, elas podem se opor, entrar em choque, ou complementar-se, fundamentar-se mutuamente, etc. Na verdade, há logicamente uma terceira alternativa, provavelmente a melhor - ousaria dizer que é a mais correta do ponto de vista empírico: mostrar que o que há são muitas “quase-estruturas” (quase-estruturas são não-estruturas!) convivendo e mantendo entre si relações variadas. A estratégia teórica exige, assim, movimento duplo e simultâneo: postular que não há propriamente estruturas e que por isso sempre há brechas no assujeitamento, por um lado; e que há muitas não-estruturas que propiciam tais brechas, por outro.

À primeira forma corresponde, penso, a seguinte afirmação de Ginsburg:

Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes - uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um (Ginzburg, 1976:27)⁴.

A tese - penso que amplamente demonstrada - da preponderância do interdiscurso sobre supostas unidades discursivas corresponde à segunda das possibilidades de garantir a atuação dos sujeitos. Uma forma equivalente de eliminar as supostas estruturas uniformes deriva das análises empíricas de Foucault, que levaram à concepção das formações discursivas como dispersões. Talvez mais forte, também por

⁴ Penso que a “pequena frase” de Marx poderia ser posta ao lado da tese de Guinsburg.

mais inusitada, pode ser considerada a tese de Granger (1968), segundo a qual a disponibilidade de várias linguagens matemáticas abre espaço para escolhas - se há mais de uma possibilidade, a escolha é obrigatória - lá onde aparentemente, a possibilidade do estilo parecia impossível de ser pensada. A terceira alternativa não necessita de demonstrações específicas: bastaria unir as anteriores. Mas é possível invocar trabalhos empíricos, como os citados por de Certeau, em especial as análises de Bourdieu. Ou ouvir ao próprio Bourdieu:

Eu queria reintroduzir de algum modo os agentes (...) Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador... Esse sentido de jogo (...) é o que permite gerar uma infinidade de lances adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever. Assim, substituí as regras de parentesco por estratégias matrimoniais. ... o que implica situar-se do ponto de vista dos agentes, sem por isso transformá-los em calculadores racionais (Bourdieu, 1986: 21-22).

Àquela frase de Ginsburg, podem-se associar numerosas assertivas de de Certeau (espero que se perceba a escolha de “assertivas”, em se tratando de de Certeau ...). Aliás, citar de Certeau é talvez uma das novidades de minha estratégia para dizer de novo o que sempre tenho dito, mas sem citá-lo - porque não o conhecia⁵.

O projeto desse autor, em **A invenção do cotidiano**, é publicar pesquisas que nasceram de “uma interrogação sobre as *operações dos usuários*, supostamente entregues à passividade e à disciplina” (p. 37). A menção desta suposição, que se percebe logo não ser aceita pelo autor, pode fazer pensar em uma volta aos sujeitos livres. O autor se dá conta dessa possível interpretação, e por isso acrescenta imediatamente que “O exame dessas práticas não implica um regresso a indivíduos” (p. 37) - pelas razões mencionadas acima, na primeira citação que fiz do autor. Tal postulado está fora do campo de seu trabalho, afirma, para acrescentar que “a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e (...) cada individualidade é um lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (p. 38). Seu trabalho tem o objetivo de “exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (p. 38). A seguinte afirmação pode ser considerada uma espécie de resumo sobre os fatos e as alternativas de análise que eles oferecem, uma delas, de fato, esquecida:

⁵ Devo confessar, no entanto, a satisfação pessoal de ler em 1996 que “... o ato de falar é um uso da língua e uma operação *sobre* ela” (de Certeau, 1990: 97), tendo escrito em 1986 que a noção benvenistean de apropriação não é a mais adequada, pois leva a excluir “o fato de que o locutor age também *sobre* a língua...” (Possenti, 1988:49). Hoje, revisaria minha posição contrária à noção de apropriação, porque tem ficado relativamente claro que a apropriação, tanto no campo teórico quanto no prático, implica sempre alguma adequação, isto é, um trabalho, uma manobra estratégica, que resulta em tomar para si o que era do outro.

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa, e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem dominante (p. 39).

Talvez se possa ver ainda mais claramente em que tipo de coisas está pensando este autor, se se considerar a seguinte passagem, quando está expondo sua concepção das táticas (“a tática é a arte do fraco”).

Clausewitz compara ainda a astúcia à palavra espirituosa. “Assim como a palavra espirituosa é uma espécie de prestidigitação em face das idéias e das concepções, a astúcia é uma prestidigitação relativa aos atos”. Isto sugere o modo pelo qual a tática, verdadeira prestidigitação, se introduz por surpresa numa ordem. A arte de “dar um golpe” é o senso da ocasião. Mediante procedimentos que Freud precisa a respeito do chiste, combina elementos astuciosamente reunidos para insinuar o insight de outra coisa na linguagem de um lugar e para atingir o destinatário. Raios, relâmpagos, fendas e achados no reticulado do sistema, as maneiras de fazer dos consumidores são os equivalentes práticos dos chistes (de Certeau, 1990:101).

Que estes postulados não são a volta do sujeito livre é o que eu queria garantir com a autoridade de Foucault, mediante a citação acima. Aliás, penso que não há mais perigo de regresso do sujeito livre, até porque os únicos que o defenderiam estão hoje submetidos ao discurso da globalização... Até mesmo Ducrot, que pôde ser considerado um teórico do contrato entre falantes (portanto, supostamente, um lingüista de antes de Freud e de Marx) reconhece que só se fala se houver lugares prévios (comuns) (...a utilização da língua exige que se disponha de *topoi*... (Ducrot, 1988)), o que não significa que só se fala por lugares-comuns.

Há um vício corrente que faz associar a recusa do assujeitamento à aceitação da liberdade e da consciência total dos sujeitos. De minha parte, tenho combatido essa simplificação grosseira, especialmente em Possenti, 1995, 1996 e 1996b. É confortável, por isso, poder encontrar afirmações como a seguinte:

... situar-se do ponto de vista dos agentes, sem por isso transformá-los em calculadores racionais. É preciso evidentemente retirar dessa palavra suas conotações ingenuamente teleológicas: as condutas podem ser orientadas em relação a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a esses fins, dirigidas por esses fins (Bourdieu, 1986:22).

Mas, a melhor saída para justificar uma opção teórica ainda é a prática de consultar os fatos. (Melhor dizendo, os processos que geram os fatos, especialmente se se é analista do discurso, pois que esta disciplina nasceu em boa parte sob a égide da oposição entre processo e produto, sendo o discurso alinhado ao lado da primeira categoria. Apesar disso, muito freqüentemente, acabou por considerar o discurso-produto, em detrimento do real processo de sua produção.) Não basta, embora isso seja necessário, pôr em questão posições teóricas invocando outras posições teóricas - isto é, não basta tentar situar-se em campos de maior ou menor prestígio (poder), na tentativa de deixar os adversários mal situados nos ringues teóricos, coisa que todos fazemos, com maior ou menor galanteria. Nesse sentido, penso que sugestões

de trabalho como as de de Certeau são de relevância crucial. Trata-se de tentar encontrar maneiras de descobrir o que há de não previsto, embora extremamente condicionado, nas ações, sempre sociais, dos sujeitos.

Um excelente exemplo pode ser visto em sua tematização das pesquisas correntes e das pesquisas possíveis sobre os provérbios. A menção é longa, mas vale a pena. Segundo de Certeau (1990:80-81), “um dos métodos consiste em isolar primeiro os provérbios e armazená-los, como Aarne e Propp fizeram com os contos”. Este material poderá ser analisado quanto a seus conteúdos (p. ex., ações, temas, atores) ou quanto a seus modos de produção (p. ex., descrevendo sua estrutura “lingüística”). “Detectam-se então sistemas, seja de significados, seja de fabricação. ... esses métodos conseguem definir seu objeto ... racionalizar sua coleta, classificar os seus tipos e transformar o “dado” em algo que se pode reproduzir.” Acrescenta que, por este método, Lévi-Strauss conseguiu “classificar uma literatura (mitos) supostamente heteróclita, encontrar um “pensamento selvagem” e uma lógica nos corpos constituídos como estranhos, enfim, renovar deste modo a interpretação e a produção de nossos próprios discursos”. Contrapostos a estes passos e a seus indiscutíveis méritos, há problemas, que de Certeau expõe assim:

O inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extrair os documentos de seu contexto *histórico* e eliminar as *operações* dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, lugar e competição. É necessário que se apaguem as práticas lingüísticas cotidianas (e o espaço de suas táticas), para que as práticas científicas sejam exercidas no seu campo próprio. Por isso não se levam em conta as mil maneiras de “colocar bem” um provérbio, neste ou naquele momento e diante deste ou daquele interlocutor. Tal arte fica excluída e os seus autores, lançados para fora do laboratório, não só porque toda cientificidade exige delimitação e simplificação de seus objetos, mas porque à constituição de um lugar científico, condição prévia de qualquer análise, corresponde a necessidade de poder *transferir* para ali os objetos que se devem estudar. Só pode ser tratado o que se pode transportar. O que não se pode desarraigar tem que ficar fora do campo, por definição. Daí o privilégio que esses estudos concedem aos *discursos*, coisa deste mundo que é aquela que se pode mais facilmente captar, registrar, transportar e abordar em lugar seguro, enquanto o *ato* de palavra não pode separar-se da circunstância (1990:81-2).

Destaco, em primeiro lugar, a avaliação de de Certeau segundo a qual “não se levam em conta as mil maneiras de “colocar bem” um provérbio”. Em Possenti (1995), tentei mostrar que os traços da ação do sujeito estão freqüentemente marcados em pequenos textos construídos sobre outros. Parecia-me que a melhor maneira de defender meu ponto de vista era “mostrar” as pegadas do sujeito. A afirmação de de Certeau é obviamente mais forte, na medida em que dá importância ao que não se vê claramente, que é a própria ação de “colocar” um provérbio, sem qualquer manipulação dele (operação de que analisei rapidamente alguns casos no texto mencionado e que Gresillion e Maingueneau (1984) tematizaram explicitamente). A propósito destas ações que não se vêem (certamente porque faltam olhos, e não porque as ações não se dão), diz de Certeau (1990:83) que, “como a “carta roubada” de Edgar Poe, as escrituras dessas lógicas diferentes são colocadas em lugares tão evidentes que nem aparecem”.

4. Para finalizar, proponho uma reanálise empírica. Figueira (1997) ocupa-se, entre outras coisas, com o sentido de algumas tentativas de J (4 anos e 6 meses) de construir adivinhas. A literatura do campo, conforme a autora, é mais ou menos unânime em considerar que textos como chistes e adivinhas são relativamente difíceis, não devendo ser esperados antes de 6 anos. Figueira, no entanto, imagina tê-los mais cedo. Trata de casos ocorridos antes dessa idade, e sua análise põe em relevo os aspectos “favoráveis” à criança, isto é, destaca, nos textos, aspectos que podem fazer considerar que a criança produz (e não só compreende) adivinhas antes de 6 anos. Correndo o risco de simplificar excessivamente os fatos, penso que se pode dizer, apesar das pistas evidentes do trabalho de apropriação da “gramática” das adivinhas pela criança em questão, que J falha, em episódios como

J - O que é, o que é? Que quando nasce um bebê, nasce um bebê de brinco?

M - De brinco? Não sei.

J - Ué! A barriga de loja de brinco.

e como

J - O que é, o que é? Que quando o gato bebe, o gato não consiga beber o leite.

M - ...

J - O gato, a boca estava fechada.

A assunção de Figueira é que as adivinhas são um tipo de discurso que exige conhecimento consciente (awareness) da língua (p. 1), e esta é a principal razão de elas ocorrerem um pouco mais tardiamente. A questão de Figueira é se os jogos de adivinhação propostos por J se conformam às verdadeiras adivinhas (p. 12). Sua resposta é que “há uma certa sensibilidade da criança a determinado “formato” de adivinhas, formato que se reflete nas perguntas em que vão entrar os itens lexicais que se contradizem” (p. 13) e que, “como no caso dos adultos, não deixam de provocar no seu parceiro o mesmo efeito de surpresa” (p. 14). Apesar dessas características das adivinhas criadas por J, não é possível deixar de perceber que a criança não dá conta da polissemia e da homonímia, e de outros jogos de linguagem típicos de algumas adivinhas (como as do tipo - *Qual o Estado que queria ser carro? - Sergipe (ser - jipe)*), e que suas construções se aproximam mais das adivinhas que, de alguma forma, exploram o nonsense (como as do tipo - *Como colocar quatro elefantes num fusca? - Dois na frente e dois atrás*). É fácil concordar com a autora quanto a suas afirmações relativas ao “formato” das adivinhas de J e ao efeito surpresa que provocam. Também é indiscutível que J evidencia capacidade de improvisação. Mas, talvez seja impossível concordar com a análise que faz de uma das adivinhas, tematizando especificamente seu final:

... revela a sua capacidade de improvisação, bem como seu envolvimento no espírito do jogo, que é sua violação de expectativas: “**vestido de madeira, uai!**”. Resposta desconcertante? Sim, desconcertante. Como cabe, aliás, em todo desfecho de adivinha. E nisto

a adivinha de J não é diferente da do adulto, em particular daquelas que rompem com o esperado, resvalando para o “nonsense” ou absurdo (p. 14).

Há aqui duas questões que merecem reanálise, a meu ver: a) a especificidade do mecanismo que produz o efeito de surpresa (que pode derivar de um jogo de linguagem (polissemia, homonímia, etc) ou de um jogo envolvendo “frames”, uma das maneiras de explicar o “nonsense”; b) a necessidade de um conhecimento explícito do sujeito sobre a característica do elemento lingüístico ou textual-discursivo (conhecimento de um esquema, oposição entre real e não real, etc) constitutivo da adivinha. Diga-se, de passagem, que estas duas formas de produzir adivinhas guardam semelhanças estreitas com as técnicas básicas de produção dos chistes, segundo Freud (1905) - condensação e deslocamento.

Em relação à primeira questão, penso que, se o efeito de surpresa não deriva dos mesmos mecanismos que o produzem nas verdadeiras adivinhas (a descoberta da polissemia inesperada, como em “- O que é o que é, que a gente sempre *põe* na pizza depois que fica pronta? - A boca” -, ou do nonsense, como na adivinha sobre colocar elefantes num fusca - observe-se que deve tratar-se de um carro *pequeno*, caso contrário não se trataria de uma façanha), então o efeito de surpresa nada tem a ver com o que uma adivinha produz. Se as adivinhas produzem um efeito de surpresa, isto não significa que esta característica é suficiente para caracterizar tal tipo de texto. É evidente que nem tudo o que produz surpresa é adivinha, mesmo que toda adivinha produza um tipo de surpresa.

Em relação à segunda questão, a do conhecimento explícito, creio que se pode lançar mão da mesma argumentação utilizada por Freud para distinguir chistes de algumas espécies do cômico. Em ambos os casos, o “material” pode ser muito semelhante, mas uma posição diferente do sujeito pode ser decisiva para distinguir um chiste de uma ocorrência de discurso cômico, em um caso, e uma adivinha verdadeira da tentativa abortada, em outro. Considere-se o seguinte caso analisado por Freud:

Uma menina de três anos e meio avisa a seu irmão: ‘Olha, não coma tanto pudim, senão vai ficar doente e tomar um “*Bubizin*”’. “*Bubizin*?”’, pergunta a mãe, ‘O que é isso?’ ‘Quando fico doente’, disse a menina autojustificando-se, ‘tenho que tomar *Medizin*’. A criança pensava que aquilo que o médico lhe prescrevia se chamava ‘*Müdi-zin*’ quando era para uma ‘*Müdi* [garotinha]’ e concluía que, quando era para um ‘*Bubi* [garotinho]’, devia chamar-se ‘*Bubi-zin*’. Esta construção assemelha-se à elaboração de um chiste verbal por similaridade fônica e podia, efetivamente, ter ocorrido como um chiste real, caso em que o acolheríamos, meio constrangidamente, com um sorriso. Como um exemplo de *ingenuidade*, parece-nos excelente e suscita o riso. O que é que faz a diferença entre um chiste e alguma coisa ingênua? Evidentemente, não se trata da verbalização da técnica, que seria a mesma para ambas as possibilidades, mas de um fator que, à primeira vista, parece mesmo muito remoto a elas duas. Trata-se meramente de que admitamos que o locutor *pretendeu fazer um chiste* [ênfase minha] ou de que suponhamos que ele - a criança - tenha tentado, de boa fé, sacar uma conclusão séria à base de sua impune ignorância (Freud, 1905:209).

Como se pode ver, para Freud, para que um texto seja um chiste é necessário que haja a intenção de produzir um⁶ e que se conheça o que as palavras (no caso) significam e algumas possibilidades de sua manipulação. Espero que não se entenda, no entanto, que basta a intenção de fazer um chiste para que um texto se torne um chiste. Isso equivaleria a desprezar praticamente toda a argumentação de Freud sobre o tema, pois que a técnica do chiste é por ele considerada fundamental. Creio que se poderia dizer o mesmo das adivinhas. É preciso tanto que se queira fazer uma quanto que se saiba fazê-la. Parece que J quer fazer adivinhas. A questão é se o produto se conforma às exigências desse tipo de texto. Diria que ainda não, e que, por isso mesmo, J ainda está em fase de apropriação (uma das características da subjetivação), se não da língua, pelo menos das regras de certos “gêneros” textuais. Repito aqui o que afirmei alhures:

 Ao falar e ao ouvir, aciona-se um “sistema” lingüístico-verbal e outros sistemas (das boas maneiras, da hierarquia entre falantes, das suposições derivadas do conhecimento mútuo, enfim, da cultura, sem excluir necessariamente instâncias como inconsciente e ideologia - todos históricos). Cada um interfere de alguma forma nos outros, colabora para constituir-lo a longo prazo. E, a curto prazo, isto é, no evento discursivo, são ingredientes relevantes para produzir significações. Saber manejá-los adequadamente (...) é uma das características de sujeitos “normais” numa cultura. Não saber denuncia uma “falta”: um estágio de aquisição (o falante é estrangeiro ou criança) ou uma forma de perda (o falante sofreu uma lesão) (Possenti, 1993a:76-77).

Poder-se-ia ver aqui (como quase sempre, a melhor ocasião para verificar um processo é quando ele falha...) quanto algo aparentemente banal como a adivinha, praticada por pessoas de todas as extrações sociais, exige manobras altamente sofisticadas. Tanto que uma criança, que já mostra complexíssima competência, não consegue ainda produzir uma adivinha verdadeira. Estamos longe, neste campo, tanto quanto no dos chistes - mas também no da frase qualquer adequadamente enunciada, cuja complexidade, dada a aparente banalidade, passa desapercibida, - da simples repetição automática que nos autorizaria a conceber o falante que a produziu como mero porta-voz, dispensado das manobras do autor. Mesmo se imperceptível (ao olhar comprometido), o trabalho está em qualquer produto discursivo, como está em qualquer mercadoria. Não é só a respeito de provérbios que “plantar” um adequadamente exige complexas manobras: qualquer evento, discursivo ou não, é complexo, embora o *produto* que dele resta possa parecer banal. O exemplo mostra claramente, também, que ser sujeito de um texto não significa criar fora das regras que historicamente constituíram gêneros, o que implica algum tipo de assujeitamento; mas também mostra, e é o que mais me interessa, que o sujeito não é apenas o ocupante eventual de um lugar de que um discurso se aproveita para acontecer. As manobras - regradas - do sujeito exercem um papel fundamental.

Creio, assim, que se pode afirmar de qualquer locutor (e de qualquer discurso) aquilo que dele diz Ansart, relativamente a um domínio específico:

⁶ Penso que não se deve confundir o papel da intenção em projetos como construir uma adivinha com o papel que a intenção teria na determinação do sentido.

O verdadeiro locutor político não é o agente dócil de uma repetição, e sim aquele que sabe reproduzir as formas, transformando-as de acordo com as situações, e é essa manipulação adaptada do verbo que permitirá melhor persuasão (Ansart, 1977:16).

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, P. 1977. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BOURDIEU, P. 1986. "Fieldwork in philosophy". In: *Coisas ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense. pp. 15 - 48.
- DE CERTEAU, M. 1990. *A invenção do cotidiano; as artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- DELEUZE. 1973. "Em que se pode reconhecer o estruturalismo". In: Châtelet, F. (org.). *História da filosofia*. Vol. 8. Rio de Janeiro, Zahar Editores. pp. 271 - 303.
- DUCROT, O. 1988. "Argumentação e topoi argumentativos". In: Guimarães, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, Editora Pontes. pp. 13 - 38.
- ERIBON, D. 1994. *Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FIGUEIRA, R. A. 1997. "Argumentação, contra-argumentação e "nonsense" na fala da criança". (mimeo.)
- FOUCAULT, M. 1979. "Não ao sexo rei". In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal. pp. 229 - 242.
- _____. 1969. "O que é um autor?" In: *O que é um autor? /s.l./* Passagens. pp. 29 - 87.
- FREUD, S. 1905. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro, Imago.
- GADET, F. e Hak, T. 1990. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp.
- GENRO, T. 1996. "A síndrome FHC da intelectualidade". In: *Folha de S. Paulo, Caderno Mais*, 20 de Outubro. p. 3.
- GINZBURG, C. 1976. "Prefácio à edição italiana". In: *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras. pp. 15-34.
- GRANGER, G.-G. 1968. *Filosofia do estilo*. São Paulo, Perspectiva.
- GRÉSILLION, A. e Maingueneau, D. (1984). "Polyphonie, proverbe et détournement ou un proverbe peut en cacher un autre". In: *Langages*, 73. pp.112 - 125
- MARX, K. 1952. "O 18 Brumário". In: Marx, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977. pp. 15 - 143.
- PÊCHEUX, M. 1983. "Análise do discurso: três épocas". In: Gadet, F. e Hak, T. pp. 311 - 318.
- POSSENTI, S. 1988. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. 1993. "Um cérebro para a linguagem". In: *Boletim da Abralim*, 13. pp. 75 - 84.
- _____. 1995. "O eu no discurso do outro, ou a subjetividade mostrada". In: *ALFA*. São Paulo, Editora da Unesp. pp. 45 - 55.
- _____. 1996. "O sujeito fora do arquivo". In: Magalhães, I. (org). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília, Editora UnB. pp. 37 - 47.
- _____. 1996b. "A pragmática na análise do discurso". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 30. Campinas, IEL-UNICAMP. pp. 71-84.